

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

1º Simulado

SEFAZ SE

Pós-Edital



Simulado Especial

1º Simulado SEFAZ SE – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ SE;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SE-30-01-22>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	091 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	092 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	093 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	094 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	095 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	096 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	097 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	098 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	099 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	101 – A B C D E
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	102 – A B C D E
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	103 – A B C D E
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	104 – A B C D E
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	105 – A B C D E
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	106 – A B C D E
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	107 – A B C D E
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	108 – A B C D E
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	109 – A B C D E
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	110 – A B C D E
21 – A B C D E	51 – A B C D E	081 – A B C D E	111 – A B C D E
22 – A B C D E	52 – A B C D E	082 – A B C D E	112 – A B C D E
23 – A B C D E	53 – A B C D E	083 – A B C D E	113 – A B C D E
24 – A B C D E	54 – A B C D E	084 – A B C D E	114 – A B C D E
25 – A B C D E	55 – A B C D E	085 – A B C D E	115 – A B C D E
26 – A B C D E	56 – A B C D E	086 – A B C D E	116 – A B C D E
27 – A B C D E	57 – A B C D E	087 – A B C D E	117 – A B C D E
28 – A B C D E	58 – A B C D E	088 – A B C D E	118 – A B C D E
29 – A B C D E	59 – A B C D E	089 – A B C D E	119 – A B C D E
30 – A B C D E	60 – A B C D E	090 – A B C D E	120 – A B C D E

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Texto 1A1-I**Aurora sem dia**

Naquele tempo contava Luís Tinoco vinte e um anos. Era um rapaz de estatura meia, olhos vivos, cabelos em desordem, língua inesgotável e paixões impetuosas. Exercia um modesto emprego no foro, donde tirava o parco sustento, e morava com o padrinho cujos meios de subsistência consistiam no ordenado da sua aposentadoria. Tinoco estimava o velho Anastácio e este tinha ao afilhado igual afeição.

Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos, e foi esse durante muito tempo o maior obstáculo da sua existência. No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu começava a arder-lhe a chama poética. Não se sabe como começou aquilo. Naturalmente os louros alheios entraram a tirar-lhe o sono. O certo é que um dia de manhã acordou Luís Tinoco escritor e poeta; a inspiração, flor abotoada ainda na véspera, amanheceu pomposa e viçosa. O rapaz atirou-se ao papel com ardor e perseverança, e entre as seis horas e as nove, quando o foram chamar para almoçar, tinha produzido um soneto, cujo principal defeito era ter cinco versos com sílabas de mais e outros cinco com sílabas de menos. Tinoco levou a produção ao Correio Mercantil, que a publicou entre os a pedidos.

Mal dormida, entremeadas de sonhos interruptos, de sobressaltos e ânsias, foi a noite que precedeu a publicação. A aurora raiou enfim, e Luís Tinoco, apesar de pouco madrugador, levantou-se com o sol e foi ler o soneto impresso. Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética, aliás decorada desde a véspera. Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária, indagando de quem seria esse nome até então desconhecido.

Não dormiu sobre os louros imaginários. Daí a dois dias, nova composição, e desta vez saiu uma longa ode sentimental em que o poeta se queixava à lua do desprezo em que o deixara a amada, e já entrevia no futuro a morte melancólica de Gilbert. Não podendo fazer despesas, alcançou, por intermédio de um amigo, que a poesia fosse impressa de graça, motivo este que retardou a publicação por alguns dias. Luís Tinoco trágico a custo a demora, e não sei se chegou a suspeitar de inveja os redatores do Correio Mercantil. A poesia saiu enfim; e tal contentamento produziu no poeta que foi logo fazer ao padrinho a grande revelação.

— Leu hoje o Correio Mercantil, meu padrinho? perguntou ele.

(...)

— Isto não tem graça, disse ele ao afilhado estupefato; que diabo tem a lua com a indiferença dessa moça, e a que vem aqui a morte deste estrangeiro?

Luís Tinoco teve vontade de descompor o padrinho, mas limitou-se a atirar os cabelos para trás e a dizer com supremo desdém:

— São coisas de poesia que nem todos entendem; esses versos sem graça são meus.

Machado de Assis, *Obra Completa*, de Machado de Assis, vol. II,

Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994

01. Infere-se do texto que o personagem:

- a) sentia dificuldade em lidar com sua criação poética, mesmo que no início de sua carreira.
- b) confundia-se com o eu-lírico de seus poemas, razão pela qual as pessoas não compreendiam seus escritos.
- c) ao mesmo tempo que sentia orgulho de sua produção poética, sentia-se superior àqueles que não a apreciavam.
- d) por ter sido destaque no jornal da época, teve que começar a procurar alternativas de publicação.
- e) não permitia que sua poesia fosse discutida pelos leitores, apenas apreciada.

02. A alternativa abaixo que apresenta o pronome “que” com a mesma função em “No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu” (2º parágrafo) é:

- a) *Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos* (2º parágrafo)
- b) *indagando de quem seria esse nome até então desconhecido* (3º parágrafo)
- c) *Tinoco levou a produção ao Correio Mercantil, que a publicou entre os a pedidos* (3º parágrafo)
- d) *mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética* (3º parágrafo)
- e) *Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo.* (3º parágrafo)

03. Constata-se, a partir da leitura do conto, que o narrador é

- a) onisciente, pois participa da história como um dos personagens.
- b) onisciente, já que conhece os personagens, inclusive em seus pensamentos e emoções.
- c) onisciente e influencia os personagens, alterando o fluxo narrativo.
- d) personagem e conhece de Tinoco e de seu padrinho.
- e) o padrinho de Tinoco e traz apenas o seu ponto de vista para o leitor.

04. No trecho “Não se sabe como começou aquilo.” (2º parágrafo), o pronome demonstrativo “aquilo” refere-se

- a) a Tinoco querer começar a escrever poemas
- b) a conhecer Dr. Lemos.
- c) a Tinoco querer grandes conquistas
- d) a Tinoco não saber por onde começar a escrever
- e) a Dr. Lemos não conseguir ajudar o jovem Tinoco

05. Mantendo-se a correção gramatical, o trecho “Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária” pode ser reescrito da seguinte maneira:

- a) Delineou-se, se todos aqueles que liam o Correio Mercantil estariam também lendo seu poema da mesma forma; se os leitores apreciarão tal revelação literária recente.
- b) Percebera que todos aqueles que leem o Correio Mercantil estariam também lendo seu poema da mesma forma, e se cada um deles apreciavam tal revelação literária recente.
- c) Se delineou se todos, aqueles que liam o Correio Mercantil estariam, também, lendo seu poema da mesma forma. Se os leitores apreciavam tal revelação literária recente.
- d) Percebera que os leitores do Correio Mercantil estariam também lendo sua obra poética da mesma forma que ele. Se cada um deles apreciavam tal revelação literária recente.

e) Delineou se todos aqueles que liam o Correio Mercantil estariam também lendo seu poema da mesma forma e se os leitores apreciavam tal revelação literária recente.

06. A oração “Não podendo fazer despesas” (4º parágrafo) estabelece, quanto ao trecho que a sucede, uma relação de

- a) tempo.
- b) consequência.
- c) explicação.
- d) conformidade.
- e) concessão.

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DE SERGIPE

Sérgio Henrique

07. Em relação aos dados populacionais de Sergipe, atribua os valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

- () A população do Sergipe foi contabilizada com 2.318.822 pessoas em 2020.
- () O Sergipe é o menor estado em contingente populacional do Brasil.
- () O Sertão Sergipano concentra as menores taxas de densidade populacional do estado.
- () O Leste Sergipano concentra as maiores taxas de densidade populacional do estado.
- () O município mais populoso do estado é a capital Aracaju.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, F, F, F.
- b) F, V, V, V, V.
- c) V, F, V, V, V.
- d) V, F, F, F, F.
- e) F, F, F, V, V.

08. O Estado de Sergipe tem como capital Aracaju. Sobre a geografia do Estado, leia as sentenças abaixo, e assinale a alternativa correta:

- I. Caracterizado pelo clima tropical atlântico no litoral e semiárido no sertão, dentre os principais rios que

constituem o Estado estão o São Francisco, Vaza-Barris, Sergipe, Real, Piauí, Japarutuba.

II. Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Itabaiana, São Cristóvão, Estância, estão entre os municípios mais populosos de Sergipe.

III. As fortes chuvas que atingiram Sergipe em 2021 e 2022 estão relacionadas com o Vórtice Ciclônico de Altos Níveis, Vcan, formado no Atlântico.

Estão corretas as afirmativas:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) As afirmativas I e II estão incorretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

09. Leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

I. 43% da população brasileira possui esgoto coletado e tratado e 12% utilizam-se de fossa séptica (solução individual), ou seja, 55% possuem tratamento considerado adequado. Os menores municípios sergipanos são os mais carentes em infraestrutura. De acordo com o novo marco do saneamento básico, municípios pequenos, podem contratar serviços em parceria com outros municípios, mesmo que não façam limite.

II. O programa Águas de Sergipe resulta de contrato firmado entre o governo de Sergipe e o Banco Mundial. Sua finalidade revitalização e melhoria da qualidade da água da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe. Entre as ações do programa estão a modernização da infraestrutura dos perímetros irrigados e segurança de barragens.

III. O abastecimento de água no Estado, por possuir uma infraestrutura resistente, não foi comprometido pelas fortes chuvas que atingiram o Estado recentemente.

Estão corretas as afirmativas:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) As afirmativas I e II estão incorretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

10. O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atua em Sergipe, desde 1937. O estado possui inúmeros patrimônios vinculados ao ciclo econômico da cana-de-açúcar, representado por antigas capelas de engenhos, igrejas e casarões, tanto na zona rural como nas áreas urbanas e importantes acervos de arte sacra dos séculos XVIII e XIX, presentes nas duas cidades históricas de São Cristóvão e Laranjeiras.

(IPHAN, 2018).

Sobre as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. O tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Laranjeiras ocorreu devido à sua importância no desenvolvimento da região, identificado pela presença do primeiro porto.

II. No início do século XIX, Laranjeiras ainda era muito importante como um grande centro comercial e exportador, o que levou o governo a designá-la como a primeira Alfândega de Sergipe.

III. A primeira capital do atual estado de Sergipe, Laranjeiras, é considerada a segunda cidade mais antiga do Brasil. Durante o período da União Ibérica (1641 – 1660), a cidade foi praticamente destruída.

IV. A Igreja e Convento de São Francisco, as Igrejas de Nossa Senhora das Vitórias, a do Rosário dos Homens Pretos e de Nosso Senhor dos Passos, são exemplos de edifícios históricos tombados pelo IPHAN em São Cristóvão.

Estão corretas as afirmativas:

- a) IV, apenas
- b) I e IV, apenas
- c) I, II e IV, apenas
- d) I, III e IV, apenas
- e) I, II e III, apenas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

11. José, pipoqueiro da esquina, percebeu que uma criança de aproximadamente 6 anos estava sendo duramente espancada por um adulto, no interior de uma casa, durante o final da tarde e o início da noite. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que José

- a) deve chamar um policial, que deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
- b) pode ingressar na casa, contra a vontade do morador, e prendê-lo.
- c) deve solicitar um mandado judicial para ingressar na casa contra a vontade do morador.
- d) pode solicitar a interrupção da agressão, mas não ingressar na casa contra a vontade do morador.
- e) somente poderia ingressar na casa contra a vontade do morador, para interromper a agressão, caso ainda fosse dia.

12. João, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado agente público estava lesando o patrimônio público, o que ocorria com o desvio de vultosos recursos para sua conta particular. Com o objetivo de responsabilizar o agente público, de modo que ele fosse obrigado a devolver os valores desviados, João, por intermédio de seu advogado, poderia ajuizar

- a) Mandado de Injunção.
- b) Habeas Data.
- c) Mandado de Segurança.
- d) Ação Popular.
- e) Reclamação.

13. A Constituição de 1988, em relação à nacionalidade, determina que

- a) são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal, assim como os Ministros do STF e do STJ.
- b) perde a nacionalidade brasileira aquele que adquirir outra nacionalidade, sem exceções.
- c) é considerada brasileiro nato a pessoa nascida na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- d) os estrangeiros aqui residentes há mais de 10 (dez) anos ininterruptos, sem condenação penal, podem requerer a cidadania brasileira, tornando-se brasileiros naturalizados.

- e) é brasileiro nato aquele nascido no estrangeiro de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

14. Hercílio pertence ao movimento “Tudo pela Política Cidadã”, que pretende introduzir conceitos éticos na atividade partidária. Ao realizar um estudo da Constituição Federal, ele verifica que existe a previsão de sanções relacionadas aos direitos políticos, dentre as quais está a

- a) cassação de direitos políticos por improbidade.
- b) suspensão de direitos políticos por condenação cível.
- c) suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta.
- d) paralisação dos direitos políticos perpetuamente.
- e) proibição de exercício de direitos políticos por vinte anos.

15. O Prefeito do Município WX teve uma gestão muito conturbada, com diversas notícias de desvio de recursos públicos. Ao apreciar suas contas anuais de governo, o Tribunal de Contas competente concluiu pela necessidade de serem rejeitadas. Esse pronunciamento, à luz da sistemática constitucional:

- a) deve ser considerado definitivo, acarretando, por si só, a rejeição das contas;
- b) deve ser acolhido, pela Câmara Municipal, para que se torne efetivo e produza os seus efeitos legais;
- c) somente pode ser rejeitado, pela Câmara Municipal, pela unanimidade dos seus membros;
- d) pode ser rejeitado pela maioria dos membros da Câmara Municipal;
- e) deve ser rejeitado, por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, para que deixe de prevalecer.

16. Ednaldo, titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual, foi eleito Deputado no mesmo Estado em que exerce suas atividades funcionais regulares. Na véspera do início das atividades parlamentares, foi informado, pelo Departamento de Pessoal de sua repartição originária, que deveria ser necessariamente exonerado do cargo originário tão logo iniciasse o exercício do mandato

eletivo. À luz da sistemática constitucional, essa orientação é:

- a) incorreta, pois a exoneração não é necessária caso haja compatibilidade de horários entre as duas atividades;
- b) correta, já que a ordem constitucional veda a acumulação de cargos públicos, ressalvadas as exceções que indica;
- c) incorreta, pois a investidura no mandato eletivo estadual somente exige o afastamento do cargo, não a exoneração;
- d) correta, já que os subsídios dos Deputados Estaduais alcançam o teto remuneratório, o que impede a acumulação;
- e) incorreta, pois a ordem constitucional autoriza expressamente a acumulação nas circunstâncias indicadas.

17. O Tribunal de Contas da União exerce o controle externo da Administração Pública sob os aspectos contábil, fiscal, orçamentário, operacional e patrimonial. Nessa atividade atua auxiliando o Poder Legislativo. Nesse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) As inspeções de natureza contábil em qualquer repartição pública são realizadas a mando do Poder Legislativo, não podendo ocorrer atividade autônoma do Tribunal.
- b) As auditorias orçamentárias só podem surgir por iniciativa de Comissões Parlamentares de Inquérito sobre objetos determinados.
- c) A prestação de informações sobre auditorias realizadas devem ser apresentadas exclusivamente ao Presidente do Congresso Nacional.
- d) A sustação do ato impugnado é exclusiva do Tribunal e essa decisão somente pode ser revista por órgão do Judiciário.
- e) Em caso de constatação de ilegalidade de despesa será aplicada multa proporcional ao dano.

18. Após constatar irregularidades na execução de um determinado contrato administrativo, o Tribunal de Contas da União determina que o Executivo deve sustar a execução, até que as irregularidades sejam sanadas. Nos termos da Constituição Federal

- a) a suspensão dos contratos administrativos é competência do Tribunal de Contas da União.
- b) quando o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar a sustação do contrato, o Tribunal decidirá a respeito
- c) o ato de sustação de contratos não está no âmbito da fiscalização contábil.
- d) a sustação dos contratos administrativos é atribuição privativa do Executivo.
- e) a sustação dos contratos, quando irregulares, deve ser sugerida pelo Congresso Nacional.

19. O servidor público João, em exercício na Secretaria Estadual de Transportes do Estado X, é questionado sobre a aplicação de determinada norma federal incidente sobre ato a ser praticado no âmbito da sua repartição pública. Pesquisando o tema, apresenta breve nota, em que indica a necessidade de complementação normativa sobre o tema. Observado o enunciado, uma das competências previstas para o Presidente da República, na Constituição Federal, aplicáveis ao caso, consiste em

- a) sancionar leis.
- b) vetar projetos de lei.
- c) organizar a administração.
- d) celebrar convenções.
- e) expedir regulamentos.

20. O Tribunal de Justiça do Estado Beta confirmou sentença proferida pelo juízo de primeira instância em desfavor de Amélio. Exauridos os recursos cabíveis perante as instâncias ordinárias, o advogado de Amélio constatou que foi julgada lei local que fora corretamente contestada em face de lei federal. Considerando a divisão de competências entre os órgãos jurisdicionais estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar que o advogado de Amélio, preenchidos os demais requisitos exigidos, poderia interpor

- a) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
 - b) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
 - c) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
 - d) reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal.
 - e) mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça.
- nos de governo;”

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

- 21.** Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.
- a) Em se tratando de morto, a legitimação para requerer a tutela dos direitos alcança o tio-avô do falecido.
 - b) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
 - c) A tutela do direito ao nome contra publicações ou reproduções que o exponham ao desprezo público exige a intenção difamatória do ofensor.
 - d) Pessoa transgênera pode alterar seu prenome no Registro Civil, desde que autorizada judicialmente para tanto.
 - e) Exige-se a prova do prejuízo para que se possa pleitear indenização pela publicação não autorizada da imagem de alguém com fins econômicos ou comerciais.
- 22.** Com relação aos contratos em geral, assinale a alternativa correta.
- a) Os contratos civis presumem-se assimétricos, salvo a demonstração de elementos concretos que justifiquem o afastamento de tal presunção.
 - b) As partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros próprios que sirvam de pressupostos para a revisão ou resolução negocial, devendo submeter-se aos parâmetros legais.

- c) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser respeitada e observada.
- d) A revisão contratual é amplamente assegurada pelo sistema jurídico, podendo ser promovida *ex officio* pelo juiz.
- e) Não podem as partes estipular contratos atípicos, sob pena de incorrerem em nulidade.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

- 23.** Em relação à escrituração contábil e ao Método das Partidas Dobradas, é correto afirmar que
- a) a conta Seguros Antecipados é uma conta de resultado e possui natureza devedora.
 - b) as contas do Ativo que não sejam retificadoras diminuem por débito.
 - c) nem todas as contas do ativo possuem saldo devedor.
 - d) para que a entidade tenha lucro no período, a soma dos ativos deve ser maior que seus passivos exigíveis.
 - e) as contas do passivo possuem saldo credor, sem exceções.
- 24.** A Cia Normandia S/A adquiriu, à vista, um equipamento para uso em suas atividades administrativas, com desconto incondicional de 10%. Para a Cia Normandia S/A essa operação representará um fato contábil:
- a) modificativo diminutivo.
 - b) modificativo aumentativo.
 - c) permutativo.
 - d) misto aumentativo.
 - e) misto diminutivo.
- 25.** Ao final do exercício social de 2021, a empresa Sergipe S/A, que utiliza o sistema de inventário periódico, realizou a contagem de estoques de mercadorias. Entretanto, em um processo de auditoria fiscal, o auditor Julio Cardozo necessita calcular o estoque final de mercadorias com base nas informações contábeis apresentadas pela empresa.

Os saldos são os seguintes:

- receita de vendas = R\$ 700.000;
- lucro bruto = R\$ 420.000.
- estoque inicial = R\$ 220.000;
- compras líquidas = R\$ 200.000;

Desconsiderando-se os efeitos de tributos e de demais receitas/despesas não apresentadas, o valor do estoque final de mercadorias com base nos saldos contábeis apresentados é igual a

- a) R\$ 200.000.
- b) R\$ 280.000.
- c) R\$ 300.000.
- d) R\$ 340.000.
- e) R\$ 620.000.

26. A Cia. Industrial Sergipe S/A adquiriu à vista 10.000 unidades de matéria prima por R\$ 900.000,00, que será utilizada no processo produtivo. Na operação houve incidência de 10% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e o valor total da nota fiscal de compra foi R\$ 990.000,00. Sobre a aquisição, incidiu também o Imposto sobre Circulação de Mercadorias à alíquota de 18%. Considerando o que prevê o CPC 16 – Estoques e que a companhia é contribuinte dos dois tributos, o valor do estoque de matérias-primas, em R\$, registrado na operação foi de:

- a) R\$738.000,00
- b) R\$811.800,00
- c) R\$828.000,00
- d) R\$900.000,00
- e) R\$990.000,00

27. A empresa Sergipe S/A pagou em 1/2/20x0 a importância de R\$ 288.000,00 em uma apólice de seguros de seus automóveis, a qual tem vigência por 12 meses, a partir da data em que ocorreu o pagamento. É correto afirmar que o montante que constará em Seguros a vencer (Ativo), em 31 de agosto de 20x0, é de:

- a) \$ 168.000,00.
- b) \$ 120.000,00.
- c) Zero.

- d) \$ 288.000,00.
- e) \$ 144.000,00

28. Determinada empresa adquiriu uma máquina industrial, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R\$ 2.000.000. A empresa adota como política um valor residual de 10% para todos os seus ativos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso da referida máquina em R\$ 1.000.000, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R\$1.080.000 mil.

Considerando o que prevê a NBC TG 01 (R4) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 80.000,00
- c) R\$ 100.000,00
- d) R\$ 180.000,00
- e) R\$ 240.000,00

29. A empresa Sergipe S/A adquiriu um veículo que será utilizado para o transporte de funcionários. A depreciação do ativo deve cessar quando

- a) o veículo for classificado como mantido para venda.
- b) o veículo estiver ocioso.
- c) o veículo estiver nas condições de funcionamento determinadas pela administração.
- d) a vida útil do veículo estiver próxima do seu término.
- e) o valor em uso for menor que o valor contábil registrado

30. Na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, os valores relativos a receitas oriundas de ganhos com equivalência patrimonial, devem ser reconhecidos como

- a) outras receitas.
- b) insumos adquiridos de terceiros.
- c) valor adicionado recebido em transferência.
- d) remuneração de capitais de terceiros.
- e) remuneração de capitais próprios.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

31. Acerca das regras sobre substituição tributária, julgue os itens abaixo e, ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- () A substituição tributária em relação ao ICMS será regulamentada por meio de lei complementar.
- () A substituição tributária progressiva deverá ser estabelecida em lei, e encontra respaldo constitucional apenas para impostos e contribuições.
- () Na substituição tributária progressiva, foi assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

- a) F, F, V
- b) V, F, F
- c) F, F, F
- d) V, F, V
- e) V, V, V

32. A respeito da obrigação tributária, aponte a alternativa correta:

- a) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.
- b) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para pagar os tributos.
- c) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- d) A definição legal do fato gerador é interpretada considerando-se a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a pessoa jurídica de direito público, que se constituir pelo desmembramento territorial de outra, sub-roga-se nos direitos desta, não podendo, entretanto, aplicar a legislação tributária do ente desmembrado.

33. Caso ocorra a criação de um território federal, a competência tributária será dividida da seguinte forma:

- a) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal.
- b) Os impostos estaduais e municipais serão instituídos sempre pela União.
- c) Os impostos estaduais serão instituídos pelos Estados próximo do território federal e os impostos municipais serão instituídos pela União.
- d) Os impostos municipais poderão ser instituídos pela União.
- e) Os impostos federais ali cobrados deverão ser destinados integralmente ao território federal.

34. Acerca das limitações ao poder de tributar, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços;
- b) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição;
- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis inferiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- d) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;
- e) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

35. A respeito dos empréstimos compulsórios, assinale a alternativa errada:

- a) É considerado tributo pelo STF.
- b) Deve ser instituído apenas por lei complementar, não cabendo medida provisória.
- c) A competência para sua instituição é exclusiva da União.
- d) Pode ser instituído em caso despesas extraordinárias, decorrentes de guerra externa ou sua iminência.
- e) É um tributo de arrecadação não vinculada.

36. Sobre o tema “obrigação tributária e fato gerador”, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () Fato gerador da obrigação principal é a situação definida na legislação tributária como necessária e suficiente à sua ocorrência.
 - () Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
 - () Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
 - () Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos: tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- a) V, F, V, F
 - b) F, F, F, V
 - c) V, V, F, V
 - d) F, V, V, F
 - e) F, V, F, V

37. Acerca das taxas, assinale a afirmativa correta:

- a) admite-se a instituição de taxas por meio de decreto, desde que relativas à emissão de guias de pagamento de outros tributos.
- b) as taxas podem ter bases de cálculo próprias dos impostos.
- c) as taxas podem ser calculadas com base no capital social das empresas.
- d) as taxas podem se referir ao exercício regular do poder de polícia municipal.
- e) as taxas podem se referir a serviço público gerais prestados à população, como a limpeza de logradouros públicos.

38. João, que é domiciliado em João Pessoa/PB, vende um imóvel urbano situado em São Paulo/SP a Pedro, domiciliado em Porto Alegre/RS. Diante da situação em epígrafe, sujeita à incidência do ITBI, pode-se afirmar que o referido imposto será devido:

- a) ao Estado da Paraíba.
- b) ao Município de Caxias do Sul.
- c) ao Estado do Rio Grande do Sul.
- d) ao Estado do São Paulo.
- e) ao Município do São Paulo.

39. Considerando o tema exclusão do crédito tributário, à luz do que dispõe o Código Tributário Nacional, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () A isenção pode ser prevista em lei ou contrato.
 - () A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.
 - () A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- a) V, F, F
 - b) F, F, V
 - c) V, V, F

d) F, V, V

e) F, V, F

40. Assinale a opção correta acerca das contribuições especiais.

a) As contribuições sociais são as únicas que podem incidir sobre as receitas de exportação.

b) Quando não enquadradas no conceito de contribuições sociais, as contribuições especiais destinam-se à intervenção no domínio econômico ou ao custeio do serviço de iluminação pública, estando vedada qualquer outra destinação.

c) Apesar de tais contribuições terem natureza tributária, nem todas são destinadas a órgãos e entidades públicas.

d) No caso de incidência de contribuição social, não será admissível a aplicação de alíquota específica.

e) É constitucionalmente admitida a incidência de CIDE sobre as exportações de serviços.

41. Considerando a relação da República Federativa do Brasil com Estados estrangeiros, em se tratando de matéria tributária, pode-se afirmar, exceto:

() Os tratados e as convenções internacionais suspendem a legislação tributária interna.

() A despeito da função dos tratados internacionais em matéria tributária, não podem ser compreendidos no conceito de legislação tributária.

() A União apenas poderá permutar informações com Estados estrangeiros na forma estabelecida em lei.

a) V, F, F

b) V, F, V

c) V, V, V

d) F, V, V

e) F, F, F

42. De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei tributária:

a) Deverá ser aplicada retroativamente, sempre.

b) Em se tratando de infrações e penalidades, não poderá ser aplicada retroativamente, se o ato já tiver sido definitivamente julgado.

c) Não poderá ser aplicada retroativamente, por violar o princípio da irretroatividade da lei tributária.

d) A aplicação retroativa só poderá ocorrer na hipótese de lei expressamente interpretativa.

e) A aplicação retroativa pode ocorrer apenas em se tratando de tributos, não alcançando penalidades pecuniárias.

43. Acerca da anistia, aponte a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional:

a) A anistia e a remissão são sinônimos de exclusão do crédito tributário.

b) A anistia pode alcançar as infrações cometidas posteriormente à vigência da lei que a concede.

c) A anistia é sempre efetivada por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

d) É possível que a anistia seja aplicável às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

e) A anistia não pode ser limitada a determinada região do território da entidade tributante.

44. A respeito da prescrição em matéria tributária, indique a alternativa correta:

a) Trata-se de assunto que pode ser definido pelos entes federativos, por meio de lei ordinária.

b) A prescrição se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.

c) O termo inicial do lustro prescricional ocorre com a constituição definitiva do crédito tributário.

d) O prazo prescricional é de 10 anos, conforme a jurisprudência pacífica do STF.

e) A prescrição se interrompe pelo protesto judicial, mas não se interrompe por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

45. De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), são etapas contidas no procedimento de lançamento, exceto:

- a) identificar o sujeito passivo.
- b) determinar a matéria tributável.
- c) realizar a cobrança do contribuinte.
- d) verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação.
- e) calcular o montante do tributo devido.

AUDITORIA FISCAL

Tonyvan Carvalho

46. Nos termos das normas vigentes de auditoria, marque a opção que corresponde às características que compõem a medida da qualidade da evidência de auditoria, as quais fornecem suporte às conclusões em que se fundamenta a opinião do auditor.

- a) materialidade e relevância
- b) relevância e confiabilidade
- c) suficiência e exatidão
- d) suficiência e confiabilidade
- e) objetividade e confiabilidade

que se fundamenta a opinião do auditor.

47. Procedimento analítico significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

A elaboração dos procedimentos analíticos substantivos nos trabalhos de auditoria depende, em grande medida, da confiabilidade dos dados, segundo a NBC TA 520.

São aspectos relevantes para determinar se os dados são confiáveis para a elaboração de procedimentos analíticos substantivos, EXCETO:

- a) materialidade e risco de auditoria
- b) fonte das informações disponíveis
- c) comparabilidade das informações disponíveis

- d) natureza e relevância das informações disponíveis
- e) controles sobre a elaboração das informações

48. Procedimento de auditoria que consiste na realização de análises comparativas e envolve, entre outros, o emprego de indicadores de desempenho. Seu objetivo é avaliar o comportamento de valores significativos, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas:

- a) Circularização
- b) Reexecução
- c) Inspeção
- d) Indagação
- e) Revisão analítica

49. Ricardo, auditor independente, ao auditar determinada empresa, manifestou preocupação de não haver um bom sistema de controle interno que prevenisse ou detectasse, em tempo hábil, erros ou irregularidades relevantes. Nessa situação, a preocupação manifestada pelo auditor se refere ao risco:

- a) de auditoria.
- b) inerente
- c) de controle.
- d) distorção relevante
- e) de detecção

50. O auditor externo detectou evidências de perda de um fornecedor essencial e concluiu que há evidências de risco na continuidade normal das atividades da entidade. Nesse caso, caso a empresa divulgue essa incerteza, o auditor deve emitir opinião

- a) com ressalva e limitação de escopo do trabalho.
- b) sem ressalva e com limitação de escopo do trabalho.
- c) adverso, evidenciando a incerteza constatada.
- d) com negativa de opinião e limitação de escopo.
- e) sem ressalva e com parágrafo adicional de ênfase.

51. A auditoria interna é realizada por profissionais empregados da própria entidade com posição relevante em termos de assessoramento e zelo pelo patrimônio. Segundo as normas vigentes de auditoria independente, os objetivos e o alcance da função de

auditoria interna geralmente incluem as atividades de asseguuração e consultoria planejadas para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de governança, gestão de risco e controle interno da entidade. Assinale a alternativa que contém uma atividade relacionada à governança:

- a) gestão do desempenho e prestação de contas (ou *accountability*) da administração
- b) identificação e avaliação de exposições significativas ao risco
- c) execução de procedimentos para auxiliar a entidade na detecção de fraude.
- d) análise da informação operacional e financeira.
- e) revisão das atividades operacionais

52. No planejamento da auditoria, alguns indicadores devem ser analisados, no sentido de avaliar a continuidade da empresa. Nesse sentido, atraso ou suspensão de dividendos e escassez de suprimentos importantes, constituem-se, respectivamente, em indicadores de:

- a) financeiro, financeiro.
- b) outros, operacional.
- c) financeiro, operacional.
- d) administrativos, operacional
- e) operacional, financeiro.

53. Segundo as normas de auditoria independente, quando houver alterações em procedimentos contábeis e os seus efeitos tenham sido adequadamente determinados e revelados nas demonstrações contábeis, o auditor emitirá uma opinião:

- a) sem modificação
- b) modificada
- c) com ressalvas
- d) adversa
- e) abstenção de opinião

54. No planejamento da auditoria, o auditor independente julga as distorções consideradas relevantes para, entre outras finalidades:

- a) definirem a necessidade do uso de especialistas
- b) fornecerem a base para determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco
- c) fornecerem a base para identificar e avaliar os riscos de detecção
- d) conhecerem melhor a política e os instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- e) conhecerem detalhadamente as atividades operacionais e os sistemas contábil e de controles internos, bem como o grau de confiabilidade da entidade.

55. Durante uma auditoria na Secretaria de Saúde do Município de Cacimba Velha, um auditor interno obteve evidências de que vacinas são aplicadas por enfermeiros em crianças que não fazem parte de grupos prioritários e que não necessitam das vacinas, em desacordo com as regras estabelecidas pela prefeitura.

Nesse caso, o auditor interno deve informar em seu relatório que aplicou testes:

- a) substantivos e constatou que há divergência em saldos contábeis.
- b) de inspeção e constatou que há ativos subavaliados.
- c) de circularização e constatou que há infringência a normas profissionais.
- d) substantivos e constatou que há inconsistência em procedimentos de inspeção.
- e) de observância e constatou que há falhas nos controles internos.

56. Quanto à identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante, é correto afirmar:

- a) No nível das demonstrações contábeis, classificam-se em risco inerente e de controle.
- b) Ocorre o chamado risco inerente quando há tendência de uma afirmação à distorção antes de quaisquer controles relacionados.
- c) Os procedimentos de avaliação de riscos são capazes de fornecer evidências de auditoria apropriada e suficiente para suportar a opinião de auditoria.
- d) A avaliação pelo auditor dos riscos de distorção relevante no nível das demonstrações contábeis pode

mudar durante o curso da auditoria, à medida que evidências adicionais de auditoria são obtidas.

- e) Caso seja identificado risco significativo, o auditor não precisa associar possíveis controles da entidade ao risco identificado, tendo em vista que a simples identificação dele denota a ausência ou a falha do controle.

57. O auditor independente, ao realizar auditoria na empresa KAKEKIM S/A, aplicou todos os procedimentos de auditoria necessários ao trabalho, realizando os trabalhos em conformidade com as normas de auditoria. Ao solicitar as representações formais da administração da empresa, esta deve ser emitida na data

- a) de encerramento das demonstrações contábeis.
- b) do término dos relatórios de revisão.
- c) da publicação das demonstrações contábeis.
- d) do relatório do auditor.
- e) em que o auditor finalizar os trabalhos em campo.

58. A eficiência da auditoria pode ser melhorada se o auditor estratificar a população dividindo-a em subpopulações distintas que tenham características similares. Nesse contexto, o objetivo da estratificação é

- a) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- b) Aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido, aumentando o risco de amostragem.
- c) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja reduzido sem aumentar o risco de amostragem.
- d) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, sem reduzir o risco de amostragem.
- e) Reduzir a variabilidade dos itens de cada estrato e, portanto, permitir que o tamanho da amostra seja aumentado, reduzindo o risco de amostragem.

59. O objetivo do auditor é o de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente relacionada aos riscos avaliados de distorção relevante por meio do planejamento e da implementação de respostas apropriadas a esses riscos. Nesse contexto, as alternativas a seguir apresentam assuntos que podem

ser incluídos nas respostas gerais para tratar os riscos avaliados de distorção relevante no nível das demonstrações contábeis, à exceção de uma. Assinale-a, considerando a NBC TA 330(R1).

- a) enfatizar para a equipe de auditoria a necessidade de manter o ceticismo profissional;
- b) designar pessoal mais experiente ou aqueles com habilidades especiais ou usar especialistas;
- c) fornecer menos supervisão;
- d) incorporar elementos adicionais de imprevisibilidade na seleção dos procedimentos adicionais de auditoria a serem executados;
- e) efetuar alterações gerais na natureza, época ou extensão dos procedimentos de auditoria como, por exemplo, executar procedimentos substantivos no final do período ao invés de em data intermediária ou modificar a natureza dos procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria mais persuasiva.

60. Distorção é a diferença entre o valor divulgado, classificação, apresentação ou divulgação de um item nas demonstrações contábeis e o valor, classificação, apresentação ou divulgação que é requerido para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Ela pode ser decorrente de erro ou fraude. Nesse contexto, as alternativas a seguir apresentam exemplos de erros ou fraudes que dão origem às distorções, à exceção de uma. Assinale-a, considerando a NBC TA 450(R1).

- a) precisão na coleta ou no processamento de dados usados na elaboração das demonstrações contábeis;
- b) omissão de valor ou divulgação, incluindo divulgações inadequadas ou incompletas, e das divulgações requeridas para atingir os objetivos de divulgação de certas estruturas de relatórios financeiros, conforme aplicável;
- c) estimativa contábil incorreta decorrente da falta de atenção aos fatos ou de interpretação errada dos fatos;
- d) julgamentos da administração sobre estimativas contábeis que o auditor não considera razoáveis, ou a seleção e aplicação de políticas contábeis que o auditor considera inadequadas.
- e) classificação, agregação ou desagregação inadequada de informações;

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

61. Em relação a redes de computadores, julgue os itens a seguir

- a) A intranet pode ser considerada a extensão da LAN da empresa.
- b) A WAN é a rede metropolitana e possui a abrangência de uma cidade.
- c) A LAN é a rede local, apresenta um pequeno alcance e, por isso, conecta uma pequena quantidade de máquinas.
- d) a Man é a rede metropolitana e possui a abrangência de uma cidade
- e) A WAN é a rede de longa distância e é bastante por isso não deve ser utilizada nas Intranets

62. O Certificado Digital é utilizado para realizar a autenticação de usuários. Acerca dele, é correto afirmar que:

- a) A autoridade certificadora é responsável por registrar a solicitação do certificado.
- b) O registro de solicitação do certificado, devido aos problemas causados pela pandemia, pode ser feito on-line
- c) A autoridade certificadora raiz não emite certificado digital.
- d) O ICP Brasil é o responsável pela geração de certificados digitais
- e) O certificado A2 é um arquivo que o usuário deve fazer download.

63. O comando no Linux responsável por listar os processos que estão sendo executados no momento é:

- a) mkdir
- b) free.
- c) netconf
- d) ps.
- e) last.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

64. A necessidade de que a criminalização de determinada conduta e a cominação da respectiva pena sejam realizadas por meio de lei em sentido estrito se amolda mais precisamente ao conceito jurídico do princípio:

- a) da anterioridade
- b) da ofensividade
- c) da intrascendência da pena
- d) da irretroatividade
- e) da reserva legal

65. Assinale a alternativa que apresenta um enquadramento adequado acerca do conceito de funcionário público para fins penais:

- a) Considera-se funcionário público o ocupante de cargo público, apenas
- b) Considera-se funcionário público o jurado, no Tribunal do Júri
- c) Considera-se funcionário público o empregado público, mas não o estagiário de órgão público
- d) Considera-se funcionário público o ocupante de cargo em comissão, mas não o empregado público
- e) Considera-se funcionário público o inventariante, mas não o tutor e o curador

66. Armando, auditor-fiscal de determinado estado da federação, ocupante de cargo em comissão, exigiu da empresa “LINDA VISTA COSMÉTICOS LTDA” o pagamento do ICMS, mesmo tendo pleno conhecimento de que tal empresa não exerce qualquer atividade sujeita à incidência do referido tributo.

Armando, nesse caso:

- a) praticou crime de excesso de exação, sem causa de aumento de pena
- b) praticou crime de excesso de exação, devendo sua pena ser aumentada em um terço
- c) praticou crime de concussão, sem causa de aumento de pena

- d) praticou crime de concussão, devendo sua pena ser aumentada em um terço
- e) praticou crime de prevaricação

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

67. Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Os valores de p que fazem com que A e B sejam mutuamente exclusivos e A e B sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,5

68. Mariana, uma funcionária do Banco do Brasil, realizou uma pesquisa entre a relação do clientes que entram em uma agência bancária (x) e o número vendas de seguros em um dia qualquer (y). Mariana descobriu que o coeficiente de correlação linear de Pearson das duas variáveis é 0,8, enquanto que os desvios padrões das variáveis x e y são, respectivamente, 4 e 5. Logo, podemos concluir que o desvio padrão da diferença entre as variáveis x e y é:

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

69. Se eu paguei o aluguel ou comprei comida, então o meu salário entrou na conta.

Uma afirmação equivalente a afirmação anterior é

- a) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel e não comprei comida.
- b) Se eu paguei o aluguel e comprei comida, então o meu salário entrou na conta.
- c) O meu salário entrou na conta e eu comprei comida e paguei o aluguel.

d) Se o meu salário não entrou na conta, então eu não paguei o aluguel ou não comprei comida.

e) Se eu não paguei o aluguel e não comprei comida, então o meu salário não entrou na conta.

70. Se Juliana chegar brava em casa, então Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa. Uma afirmação que corresponde à negação da afirmação anterior é:

- a) Juliana não chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- b) Se Juliana não chega brava em casa, então Carlos não foge para o quarto e Bruno entra em casa.
- c) Juliana chega brava em casa e, Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa.
- d) Se Carlos não foge para o quarto ou Bruno entra em casa, então Juliana não chegou brava em casa.
- e) Se Carlos foge para o quarto e Bruno não entra em casa, então Juliana chegou brava em casa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

71. No que se refere à prescrição do poder de polícia, considerando o que dispõe a Lei federal 9.873/1999, é correto afirmar que a ação punitiva, no exercício do poder de polícia:

- a) prescreve em três anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- b) prescreve em cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- c) prescreve em dez anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- d) nunca será regida por prazos da lei penal.
- e) incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de dois anos, pendente de julgamento ou despacho.

72. Tomando por base as lições doutrinárias e os entendimentos jurisprudenciais acerca da autotutela e

da convalidação de atos administrativos, pode-se afirmar que:

- a) O direito admite a convalidação de atos praticados mediante desvio de finalidade.
- b) O Poder Judiciário poderia convalidar, em sua atuação típica, atos administrativos que padecem de vícios sanáveis, desde que tal decisão não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- c) Admite-se a convalidação parcial de atos administrativos.
- d) O ato de convalidação, dada sua natureza discricionária, não pode recair sobre atos vinculados que apresentem vícios sanáveis.
- e) Dentre as semelhanças entre convalidação e revogação de atos administrativos, encontra-se a produção de efeitos *ex nunc*.

73. A respeito dos critérios de julgamento previstos na Lei 14.133/2021, marque a alternativa correta:

- a) O “maior retorno econômico” deve ser utilizado exclusivamente para a celebração de contratações integradas.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) Na técnica e preço, admite-se proporção máxima de 50% de valoração para a proposta técnica.
- d) O julgamento pelo maior desconto terá como referência os preços unitários fixados no edital de licitação.
- e) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

74. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- b) É extensível às fundações instituídas e mantidas pelo poder público a vedação à instituição de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços prestados por estas entidades.
- c) Dada a inexistência de personalidade jurídica própria, órgãos públicos não possuem capacidade processual, em qualquer hipótese.
- d) Para a desestatização de empresa estatal é suficiente a autorização genérica em lei, que veicule programa de desestatização.
- e) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) é a qualificação dada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que se encontre em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, a qual permite a celebração de termo de parceria.

75. No que se refere ao regramento geral dos contratos administrativos, considerando as disposições literais da Lei 14.133/2021, é INCORRETO afirmar que:

- a) A Lei 8.666/1993 continuará a reger, durante toda sua vigência, os contratos celebrados após o início da vigência da Lei 14.133/2021 nos casos em que a Administração optar por licitar de acordo com Lei 8.666/1993.
- b) A nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021) admite a subcontratação integral do objeto contratual, quando referir-se a obras e serviços de engenharia em que houver sido exigido seguro-garantia.
- c) As cláusulas de um contrato administrativo são fixadas de forma unilateral pela Administração, razão pela qual tais avenças caracterizam-se como sendo de adesão.
- d) Em determinado contrato decorrente de licitação realizada sob a modalidade diálogo competitivo, é possível a aplicação de multa de no máximo 25% do valor contratual, caso prevista contratualmente.
- e) Segundo dispõe a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), é nulo e de nenhum efeito o

contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.804,08.

76. No que se refere aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- c) Considera-se dolo a vontade livre e inconsciente de alcançar o resultado ilícito tipificado em lei.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

77. Tomando por base as disposições contidas na Lei 8.666/1993 e no Decreto 7.892/2013, relacionadas ao sistema de registro de preços, julgue os itens a seguir:

- I. Na contratação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é prescindível para a realização da licitação.
- II. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- III. A ata de registro de preços poderá vigorar por no máximo um ano.
- IV. A existência de preços registrados não assegura preferência ao fornecedor registrado, inclusive se houver igualdade de condições.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.

c) I, II e III.

d) I, II, III e IV.

e) II e IV.

78. No que se refere aos vícios dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a ilegalidade do objeto se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- b) a inexistência dos motivos fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- c) a incompetência consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- d) o desvio de finalidade é espécie do gênero abuso de poder.
- e) o vício de forma se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

79. Sobre o conceito de empresa e empresário nos termos da legislação atualmente em vigor marque a opção correta:

- a) A teoria da empresa, adotada pelo Código Civil estabelece que empresário é quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- b) A teoria dos atos de comércio foi implementada pelo Código Comercial Brasileiro e até hoje está em vigor e sendo aplicada, já que se percebe que de fato ainda existe a figura do comerciante que é quem compra e revende mercadorias.
- c) O conceito de empresário definido no Código Civil pode ser aplicado ao empresário individual de responsabilidade ilimitada, à empresa individual de responsabilidade limitada e à sociedade empresária.

d) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, mesmo que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.

e) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, sendo que se esse comando não for cumprido não poderá ser considerado empresário.

80. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar 123 de 2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica, exceto:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- d) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- e) constituída sobre a forma de sociedade simples.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

81. Sobre a terminologia aplicada à contabilidade de custos, marque a assertiva correta:

- a) O pagamento dos dias parados com a mão de obra da fábrica num período de greve é uma perda e uma despesa.
- b) Perda improdutiva é o sacrifício patrimonial involuntário e normal.
- c) Investimento é o pagamento correspondente à aquisição de um bem ou serviço.
- d) Despesa é a redução patrimonial involuntária com o objetivo de realização de receitas.
- e) Os gastos posteriores à produção podem ser custos ou despesas.

82. Imagine a depreciação de um equipamento fabril utilizado na fabricação de 3 produtos diferentes. Referida depreciação, se calculada pelo método da

soma dos dígitos em forma decrescente, representará um(a):

- a) Custo direto.
- b) Custo fixo.
- c) Custo variável.
- d) Custo semivariável.
- e) Despesa.

83. A empresa MAVIFOR apresentou, no exercício social de X1, custos indiretos de fabricação no montante de R\$ 30.000,00.

A empresa fabricou três produtos, os quais tiveram os seguintes gastos com mão de obra direta

Produto A = R\$ 4.000

Produto B = R\$ 6.000

Produto C = R\$ 8.000

Considerando o rateio dos CIF com base na mão de obra direta, o produto B receberá, a título de gastos gerais de fabricação, o montante de:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 6.666,67.
- c) R\$ 8.000,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 13.333,33.

84. A empresa MAVIFOR apresenta os seguintes custos para a fabricação de seu produto X:

- Custo variável unitário: R\$ 5
- Custos fixos associados à produção de X: R\$ 400
- Preço unitário de venda de X: R\$ 9

Considerando o custeio variável, caso a companhia produza e venda 120 unidades de X, ela terá um lucro bruto de:

- a) R\$ 80,00.
- b) R\$ 100,00.
- c) R\$ 480,00.
- d) R\$ 800,00.
- e) R\$ 1.080,00.

85. Marque a assertiva que aponta uma característica dos subprodutos:

- a) Não têm mercado garantido.
- b) São os produtos mais relevantes para o faturamento da empresa.
- c) O valor apurado na venda dos subprodutos não é registrado como receita.
- d) Recebem os custos de produção, mediante apropriação de custos conjuntos, inclusive por rateios.
- e) Não são contabilizados como estoques.

86. Marque a assertiva incorreta a respeito do Custo Padrão

- a) Custo padrão é o custo ideal de fabricação de um produto.
- b) Caso o custo real seja superior ao custo padrão, a diferença aí ocorrida será considerada desfavorável, uma vez que o custo efetivo foi menor que o estabelecido como meta para a empresa.
- c) Para alcançar o custo padrão é necessário que a indústria tenha equipamentos, matérias primas e mão de obra da melhor qualidade, operando sem desperdícios e com 100% da sua capacidade instalada.
- d) O custo padrão é usado para controle dos custos, permitindo a comparação entre o custo real e o custo que deveria ter ocorrido.
- e) Diferente do custo padrão ideal, o custo padrão corrente leva em consideração as deficiências da indústria.

87. Considere que a Cia MAVIFOR fabricou, no exercício, 300 unidades, das quais vendeu, nesse mesmo período, 25 unidades, ao preço unitário R\$ 30. Considere também que:

Custos e despesas operacionais	R\$
Matéria-prima e outros materiais diretos	2.000
Mão de obra direta	2.200
Custos indiretos variáveis	600
Custos indiretos fixos	1.200
Despesas fixas de vendas	500
Despesas variáveis de vendas, por unidade	2

A margem de contribuição total das unidades vendidas é de:

- a) R\$ 100,00.
- b) R\$ 200,00.
- c) R\$ 300,00.
- d) R\$ 400,00.
- e) R\$ 441,66.

88. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de outubro, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de outubro, em quantidade, foi de

- a) 55 unidades.
- b) 60 unidades.
- c) 65 unidades.
- d) 70 unidades.
- e) 75 unidades.

89. Uma indústria tem seu ponto de equilíbrio quando produz 750 unidades, caso esteja produzindo e vendendo 1.000 unidades, estará operando com margem de segurança de:

- a) 25,0%.
- b) 33,3%.
- c) 75,0%.
- d) 750 unidades.
- e) 1.000 unidades.

90. Uma empresa que produz e comercializa um único produto trabalha com uma margem de contribuição de 30% do preço de venda desse produto. O total de custos e despesas fixas da empresa é igual a R\$ 360.000. O grau de alavancagem operacional em dado momento é igual a 3. Nessa situação, o percentual de margem de segurança da empresa é igual a

- a) 10,0%.
- b) 20,0%.
- c) 30,0%.
- d) 33,3%.

e) 40,0%.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE SERGIPE E ÉTICA

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

91. Com base na lei estadual 4.483/01, as ações empreendidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, no exercício das atividades de suas áreas de competência, objetivam:

- a) a definição estratégica de política fiscal e parafiscal.
- b) a descentralização do sistema de administração financeira e contábil da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Sergipe.
- c) o registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de gás natural, dentre outros recursos naturais, com apuração das receitas decorrentes.
- d) a elaboração e coordenação, conjuntamente com a Secretaria de Governo, da programação de desembolso financeiro, gestão de fundos e de recursos para a execução do Orçamento Anual de investimento estadual.
- e) a determinação e exigência da cobrança de créditos tributários decorrentes dos contratos de concessão de direitos de pesquisa e exploração de recursos naturais.

92. Com base na lei estadual 4.483/01, pode-se afirmar que não é um órgão colegiado da SEFAZ-SE:

- a) Conselho de Contribuintes (CONTRIB/SE).
- b) Conselho Superior de Recursos Fiscais (CONSUREF).
- c) Comissão Disciplinar (COMDISC).
- d) Corregedoria-Geral da Fazenda (CORGEF).
- e) Conselho de Ética Profissional da Administração Fazendária (CONETAF).

93. Com base na lei estadual 7.651/13, que rege o PAF no estado de Sergipe, pode-se afirmar que não se admite a seguinte modalidade de intimação:

- a) pessoal.
- b) por edital.
- c) por meio eletrônico.
- d) por declaração de recebimento.

e) por fax ou telefone.

94. Com base na lei que rege o PAF no estado de Sergipe, pode-se afirmar que o prazo para interposição de recurso voluntário é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

95. Acerca das hipóteses de isenção e de não incidência do ITCMD, assinale a opção incorreta:

- a) Não incide o ITCMD nas doações efetuadas por partidos políticos e templos de qualquer culto.
- b) Não incide o ITCMD a extinção de qualquer direito real que resulte na consolidação da propriedade, desde que em favor do titular originário.
- c) São isentas do ITCMD as transmissões "*causa mortis*" de bem imóvel que constitua o único bem do espólio, desde que o valor seja igual ou inferior a 2.600 UFP/SE, e cujos sucessores comprovem não possuir outro imóvel e não possuam renda mensal superior a 3 salários-mínimos.
- d) São isentas do ITCMD as transmissões "*causa mortis*" ou por doação de imóveis a colonos em núcleos oficiais ou reconhecidos pelo Governo, em atendimento à política de redistribuição de terras.
- e) Não incide o ITCMD sobre transmissão de créditos oriundos de seguro de vida ou pecúlio por morte.

96. Não é contribuinte do ITCMD:

- a) o cessionário, na cessão a título gratuito.
- b) o fideicomissário, na instituição de fideicomisso.
- c) o beneficiário na transmissão de direitos reais.
- d) o donatário, na doação.
- e) o legatário, na transmissão *causa mortis*.

97. De acordo com a Lei Estadual nº 8.638/2019, que institui a Taxa Estadual de Fiscalização e Serviços Diversos - TFSD, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. São solidariamente responsáveis pelo pagamento das taxas e dos acréscimos legais requeiram ou utilizem, de forma efetiva ou potencial, serviços públicos específicos e divisíveis, prestados por órgão estadual.

II. É contribuinte da taxa o agente público que prestar o serviço ou praticar o ato decorrente da atividade do poder de polícia sem o recolhimento da respectiva TFSD ou com insuficiência de pagamento.

III. A TFSD não incide nos casos de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

- a) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item II, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

98. No que tange à base de cálculo do IPVA, de acordo com a lei 7.655/2013, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. A base de cálculo referente a veículos novos é o valor fixado em tabelas elaborado pelo Poder Executivo, considerando na sua elaboração a marca, o modelo, a espécie e o ano de fabricação.

II. Não será levado em consideração para efeito da base de cálculo do IPVA o estado de conservação do veículo.

III. O Poder Executivo Estadual poderá firmar convênios ou contratar serviços com entidades especializadas para a pesquisa dos valores médios de mercado dos veículos usados.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

99. Em que pese o Supremo Tribunal Federal ter se posicionado contra a incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações, a lei 7.655/2013 estipulou alíquotas para a incidência desse imposto sobre esses veículos, que são:

- a) 1,5% para embarcações recreativas ou esportivas e 2% para aeronaves.
- b) 1,5% para aeronaves e 1% para embarcações recreativas ou esportivas.
- c) 3,5% para aeronaves e 2% para embarcações recreativas ou esportivas.
- d) 3,5% para aeronaves e embarcações recreativas ou esportivas.
- e) 1,5% para aeronaves e 3,5% para embarcações recreativas ou esportivas

100. De acordo com a lei 3.796/96, não se considera ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

- a) do desembaraço aduaneiro dos bens ou mercadorias importados do exterior.
- b) do ato inicial de transporte iniciado no exterior.
- c) do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- d) da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente
- e) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte.

101. De acordo com a lei do ICMS sergipana, assinale a alternativa incorreta no que tange ao estabelecimento.

- a) Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades, desde que em caráter permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.
- b) Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.
- c) É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.
- d) Considera-se, também, estabelecimento autônomo, o veículo usado no comércio ambulante.
- e) Considera-se, também, estabelecimento autônomo, o veículo usado na captura de pescado.

102. De acordo a legislação do ICMS sergipana, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O imposto não incide sobre operações interestaduais relativas à energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização.

II. O ICMS não incide nas operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar.

III. Tendo em vista a circulação jurídica, incide ICMS sobre operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.

IV. Não incide ICMS sobre operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário.

- a) Há quatro itens corretos.
- b) Há três itens corretos.
- c) Há dois itens corretos.
- d) Há um item correto.
- e) nenhum item está correto.

103. Acerca da sujeição passiva do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Sergipe, assinale a opção correta.

- a) Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com ou sem habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- b) São contribuintes o leiloeiro, o comissário, o síndico, o liquidante e o inventariante, em relação às operações sujeitas ao pagamento do imposto, decorrentes de leilões, concordatas, falências, liquidações, inventários ou arrolamentos.

c) São contribuintes o armazém geral e o depositário a qualquer título nas saídas de mercadorias depositadas por contribuinte de outro Estado.

d) São responsáveis o entreposto aduaneiro e o armazém alfandegado que tenham efetuado saída de mercadoria para o exterior sem documentação fiscal correspondente.

e) todos os itens acima estão corretos.

104. O estabelecimento ABC, indústria do ramo de sungas estabelecida em Aracaju, adquiriu uma máquina nova para fabricar suas mercadorias pelo valor de R\$ 100.000. Além disso, no mesmo período fiscal adquiriu R\$ 30.000 de matéria-prima, um veículo novo para transporte pessoal por R\$ 50.000 e energia elétrica no valor de R\$ 40.000, 80% utilizada na fabricação das sungas e 20% no setor administrativo.

No mesmo período, vendeu R\$ 300.000 em sungas para os Estados do Paraná, São Paulo e Bahia.

Todas as operações acima foram realizadas no período fiscal 12/2021.

Além disso, houve devolução, em 15 de dezembro de 2021, de R\$ 10.000 em vendas que haviam sido realizadas no período fiscal anterior (11/2021).

Adotando-se a alíquota de 17% para todas as operações e sabendo-se que não há desonerações do imposto, o valor que ABC pode se creditar no período 12/2021 é de

- a) R\$ 10.894,16.
- b) R\$ 12.594,16.
- c) R\$ 12.254,16.
- d) R\$ 5.100.
- e) R\$ 6.800.

105. De acordo com o Decreto 30.479/2017, que *regulamenta a Lei Estadual nº 8.180, de 28 de dezembro de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado de Sergipe – FEEF, são receitas do FEEF, exceto:*

- a) encargo correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) do valor do benefício fiscal concedido ao contribuinte beneficiado pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI.

- b) dotações orçamentárias.
- c) rendimentos de aplicações financeiras de recursos do FEEF.
- d) outras receitas que lhe venham a ser legalmente destinadas.
- e) 2% da arrecadação do ICMS no período fiscal de referência.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

106. Com relação ao ciclo PDCA de Shewhart-Deming pode-se afirmar:

Alternativas

- a) Está relacionado à gestão da qualidade que significa Planejar, Fazer, Verificar e Agir.
- b) Está relacionado à gestão de riscos que significa Produzir, Detectar, Conferir e Aceitar.
- c) Foca na gestão de governança e alinhamento estratégico
- d) Foca na separação entre governança e gestão
- e) Está relacionado à correção de defeitos e melhoria contínua da gestão de serviços

107. Assinale a alternativa correta

I - O gerente do projeto é definido no TAP - termo de abertura do projeto

II - Projeto é um esforço temporário para criar um produto exclusivo

III - Patrocinadores não participam dos processos da área de conhecimento de integração

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

108. Assinale a alternativa correta

Segundo o PMBOK, o desenvolvimento do plano de gerenciamento do projeto (PGP) é feito em qual área de conhecimento

- a) iniciação.
- b) Cronograma

- c) Custos
- d) Integração
- e) Escopo

109. Qual escritório de projetos possui um controle alto sob os projetos?

- a) suporte
- b) controle
- c) diretivo
- d) primário
- e) gerenciamento

110. A respeito das técnicas de mapeamento de processo, qual deles é uma visão superficial e sem grandes detalhes de um processo

- a) bpmn
- b) fluxograma
- c) diagrama
- d) mapa
- e) modelo

111. A figura a seguir, na notação BPMN, representa



um:

- a) gateway inclusivo
- b) gateway exclusivo
- c) gateway complexo
- d) gateway baseado em evento
- e) gateway paralelo

112. Qual padrão de projeto abaixo é classificado como um padrão estrutural?

- a) factory method
- b) strategy
- c) singleton
- d) memento
- e) decorator

113. Qual padrão de projeto GRASP é responsável por lidar com eventos do sistema?

- a) Low Coupling
- b) High Cohesion
- c) Polymorphism
- d) Pure Fabrication
- e) Controller

114. Qual dos diagramas abaixo é classificado como comportamental na UML?

- a) Caso de Uso
- b) Classes
- c) Componentes
- d) Perfil
- e) Pacotes

115. No MPS.BR - Melhoria de Processo do Software Brasileiro - Guia Geral MPS de Software - O objetivo do programa MPS.BR é o aumento da competitividade das organizações pela melhoria de seus processos. Para isso, ele categoriza os projetos em dois conjuntos, que são:

- a) Primários e Secundários
- b) Governança e Gestão
- c) Corporativos e Processos
- d) Fatores e Ativos
- e) Projeto e Organizacionais

116. A norma que estabelece o código de práticas para a gestão da segurança da informação, incluindo a seleção, a implementação e o gerenciamento de controles, levando em consideração os ambientes de risco da segurança da informação da organização é a

- a) 27005
- b) 27002
- c) 27001
- d) 45001
- e) 9001

117. A norma 27002 possui seções, objetivos de controle (que podem ser implementados por um ou mais controles) e cada controle possui suas diretrizes. O objetivo de controle define o que pode e deve ser alcançado. O item abaixo que representa um objetivo de controle é:

- a) Documentação dos procedimentos de operação
- b) Considerações quanto à auditoria de sistema de informação
- c) Segurança nas Operações
- d) Controles de auditoria de SI
- e) Restrições quanto à instalação de software

118. A norma 27001 traz uma seção que trata sobre aspectos da segurança da informação na gestão da continuidade do negócio e possui um objetivo de continuidade da segurança da informação que deve ser contemplada nos sistemas de gestão da continuidade do negócio da organização. Um dos controles listados nesse objetivo é:

- a) Verificação, análise crítica e avaliação da continuidade da segurança da informação
- b) Disponibilidade dos recursos de processamento da informação
- c) Conformidade com as políticas e normas de segurança da informação
- d) Cadeia de suprimento na tecnologia da comunicação e informação
- e) Gestão de vulnerabilidades técnicas

119. Sobre gerenciamento de processos de negócio, assinale a alternativa que possui a definição correta:

- a) Processo de negócio representa processos primários, de suporte ou de gerenciamento.
- b) Função de negócio é um conjunto de tarefas necessárias para entregar uma parte específica de um serviço
- c) Atividade é uma ação em nível atômico
- d) Tarefa é um grupo de atividades e competências especializadas
- e) Cenário é uma decomposição de atividades em um conjunto de passos ou ações para realizar um trabalho.

120. Sobre BPM é correto afirmar que:

- a) BPM é uma prescrição de estrutura de trabalho, metodologia ou conjunto de ferramentas.
- b) BPM é uma coleção de métodos, pessoas e tecnologias que de forma integrada oferecem valor para alcançar os objetivos estratégicos, sendo definida também como uma capacidade básica interna.
- c) A tecnologia no processo BPM desempenha papel de liderança na sua implementação.
- d) BPM é um projeto específico de Tecnologia da Informação, portanto não requer patrocínio de liderança executiva.
- e) Deve ser implementado a partir de áreas funcionais e operacionais específicas para evitar o envolvimento da organização como um todo

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SE-30-01-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>